



Acta Scientiarum. Human and Social Sciences
ISSN: 1679-7361
eduem@uem.br
Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Pires Pereira, Luciene Maria; Menezes, Sezinando Luiz
Sobre idéias e instituições: a riqueza das nações ou a riqueza da nação? As idéias de Adam Smith e
Friedrich List sobre o desenvolvimento do capitalismo
Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, vol. 30, núm. 1, 2008, pp. 87-95
Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307324802008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

Sobre idéias e instituições: a riqueza das nações ou a riqueza da nação? As idéias de Adam Smith e Friedrich List sobre o desenvolvimento do capitalismo

Luciene Maria Pires Pereira¹ e Sezinando Luiz Menezes^{2*}

¹Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, São Paulo, Brasil.

²Departamento de História, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: sl.menezes@uol.com.br

RESUMO. Este artigo estabelece a comparação entre dois pensadores cujas análises resultaram em obras que, cada uma a seu tempo, delinearam o andamento da economia mundial e desencadearam debates acerca das políticas econômicas adotadas por diferentes países. A partir da publicação, em 1776, de *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, iniciou-se a era do liberalismo, concepção que orientou, predominantemente, os rumos da economia europeia, no final do século XVIII e no século XIX. Embora tenha prevalecido ao longo do século XIX, o liberalismo não deixou de ser contestado. Já, no começo deste século, o alemão Friedrich List apresentou outra concepção, que foi de encontro ao pensamento de Adam Smith. Tendo a Alemanha como centro de seu sistema econômico, List, em sua obra *Sistema Nacional de Economia Política*, criticou o liberalismo e seu fundador. Segundo ele, essa concepção aplicava-se a nações que já conheciam um desenvolvimento industrial avançado, mas não servia para aquelas pouco desenvolvidas em termos econômicos, como era o caso da Alemanha, na primeira metade do século XIX. A partir de então, abriu-se um debate que perdura até os dias atuais.

Palavras-chave: Adam Smith, economia, liberalismo, Friedrich List, protecionismo.

ABSTRACT. On ideas and Institutions: the wealth of nations or the wealth of the nation? The ideas of Adam Smith and Friedrich List on the development of capitalism. This article establishes a comparison between two thinkers, whose analyses resulted in works that, each at his time, delineated the course of the world economy and unleashed debates concerning the economic policies adopted by different countries. Starting with the publication of *The Wealth of Nations* by Adam Smith in 1776, the era of liberalism began, a concept that guided in a predominant way the directions of the European economics, starting from the end of the 18th century and in the 19th century. Although it prevailed throughout the 19th century, liberalism did not escape objections. Already in the early 1800s, Germany's Friedrich List presented another conception, which clashed directly with Adam Smith's thought. With Germany as the center of his economical system, List, in his work *The National System of Political Economy*, criticized liberalism and his founder, affirming that such a conception applied to nations that had already achieved advanced industrial development, but it was not for less developed nations in economical terms, as was the case of Germany in the first half of the 19th century. From that moment, a debate began, which lasts until the current days.

Key words: Adam Smith, economics, liberalism, Friedrich List, protectionism.

A maneira como a política econômica das nações é estruturada e conduzida é, em nossos dias, motivo de debates intensos, visto que vivemos em um mundo caracterizado pela globalização, onde as ações de um só país podem afetar quase a totalidade do globo terrestre. Diante desse quadro, as nações que se destacam política e economicamente se sentem no direito de conduzir as demais, impondo-lhes normas, a fim de direcionar ações de maneira a beneficiar a si próprias. Consequentemente, países

que se encontram em situação menos privilegiada – e, portanto, com menos poderes – buscam alternativas que visam alterar a condição de inferioridade a que estão submetidos. Assim, advém de tal necessidade as discussões acerca do encaminhamento da política econômica das nações.

Um bom exemplo disso é o debate envolvendo questões relacionadas às teorias econômicas. Por um lado, aliam-se defensores da necessidade de uma maior e mais eficiente atuação do Estado na

condução das atividades de um país, os chamados “protecionistas” ou “intervencionistas”. Por outro, manifestam-se os favoráveis à idéia de que os indivíduos devem ser livres para organizar suas atividades de acordo com o que acreditam ser o melhor para seus interesses, cabendo, ao Estado, garantir essa liberdade.

O debate entre intervencionistas e liberais, no entanto, vai muito além da discussão envolvendo a participação ou não do Estado nas atividades de uma nação. A compreensão do cerne desse debate somente é possível quando conhecemos e entendemos a sua origem. Para tanto, torna-se necessário voltar o olhar para o compreendido período entre o final do século XVIII e o início do século XIX e retomar o pensamento daqueles considerados inauguradores das chamadas teorias liberal e protecionista, ou seja, Adam Smith e Friedrich List, respectivamente.

Tanto Adam Smith quanto Friedrich List traduziram seus pensamentos em obras que, cada uma a seu tempo, influenciaram as discussões sobre economia. Essas teorias são, ainda hoje, objetos de estudos e análises, o que demonstra quão significativas as idéias de ambos os autores são para história do pensamento econômico.

Um dos muitos aspectos que tornam a leitura de *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas* – escrita por Adam Smith e publicada originalmente em 1776 – e de *Sistema Nacional de Economia Política* – obra de Friedrich List, publicada em 1841 – algo interessante é o fato de que tais obras possibilitam a percepção de até que ponto o homem é um produto da sua historicidade. Visando a uma maior compreensão dessa questão, voltemos à época e lugar de cada um dos autores aqui discutidos, buscando conhecer as circunstâncias nas quais suas respectivas produções foram escritas.

Adam Smith nasceu na Escócia, em 1723, e pôde vivenciar as transformações pelas quais a Europa passou durante o século XVIII. O fato de estar próximo dessas transformações possibilitou ao autor a realização de uma análise profunda das mesmas, análise esta que culminou na publicação de *A Riqueza das Nações*. Dentre as mudanças vividas pela Europa no século XVIII, podemos dizer que a mais significativa foi o desenvolvimento industrial, ocorrido na Inglaterra a partir da segunda metade do século em questão. Na verdade, esse desenvolvimento industrial teve suas origens entre os séculos XV e XVI, quando surgiram os primeiros inventos nas pequenas oficinas artesãs, e começavam as alterações sociais propiciadas pela acumulação primitiva, analisada por Karl Marx, em sua obra *O*

Capital (1984). Entretanto, na segunda metade do século XVIII, esse desenvolvimento tecnológico atingiria seu auge, com a Revolução Industrial.

A Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra, significou a consolidação do capitalismo, responsável por transformações políticas, econômicas e sociais. O fato de essa Revolução ter ocorrido na Inglaterra, e não em um outro país europeu, está relacionado à história dessa nação. A Inglaterra é um país que, ao longo de sua história, desenvolveu condições para um desenvolvimento tecnológico acelerado (conforme Ashton, 1977). Uma dessas condições foi a substituição da produção manufatureira – prática incentivada pelos burgueses e caracterizada pela divisão do trabalho, que possibilitava o aumento na produção – pela produção mecanizada, que significou a substituição do uso da força de trabalho humano pelo uso da força mecânica, que além de aumentar a produção melhorava a qualidade dos produtos.

Além dessa mudança do modo de produzir – que caracteriza a Revolução Industrial – uma questão fundamental na história da Inglaterra é a questão da expropriação dos camponeses durante o século XVI, período analisado por Thomas More em *A Utopia* (1516). Durante esse período, os campos ingleses, que até então eram destinados à agricultura, passaram a ser utilizados para a criação de carneiros, que forneciam matéria-prima para a principal atividade econômica do país naquele momento, a produção têxtil.

Com essa modificação no emprego das terras inglesas, os camponeses expropriados, sem terras para trabalhar, migraram para as cidades onde, na maioria dos casos, não foram absorvidos pelo mercado de trabalho. Tais trabalhadores, que não foram inseridos no mercado de trabalho, se transformaram em mendigos, ladrões e vagabundos, aumentando os índices de pobreza e criminalidade dos centros urbanos. Tendo em mente tal quadro, Thomas More (2000) descreveu esse período da história inglesa como a época em que os carneiros devoravam os homens, referindo-se ao incremento do pastoreio em detrimento da agricultura.

Ao longo da história, esses expropriados seriam pressionados a enquadrar-se no mercado de trabalho por uma legislação que, segundo Marx (19--, p. 851), “[...] os tratava como pessoas que escolhem propositalmente o caminho do crime, como se dependesse da vontade deles prosseguindo trabalhando nas velhas condições que não mais existiam”. Mediante essa legislação, os camponeses ingleses iriam transformar-se em mão-de-obra para as indústrias que surgiram posteriormente no país.

A relevância dessa questão está no fato de que os trabalhadores expropriados são uma das forças necessárias para o desenvolvimento do capitalismo, isto é, são os detentores da força de trabalho, vendida para os donos do capital, a outra força necessária para o desenvolvimento do capitalismo.

O desenvolvimento do comércio inglês também foi fator importante no processo que levou à Revolução Industrial, como mostra Hobsbawm (1979 e 1981). Durante seu desenvolvimento, a Inglaterra superou concorrentes como França, Espanha e Holanda, aperfeiçoando a navegação, tornando-se “rainha dos mares” e monopolizando, desse modo, o comércio externo. Além disso, à medida que superava seus inimigos, o país transformava as colônias dessas outras nações em mercado consumidor para seus produtos. Lembramos que o escoamento da produção inglesa era beneficiado pelo fato de que os principais produtos exportados pelo país eram roupas e tecidos de algodão, produtos que interessavam aos demais países.

Entretanto, não foi somente o comércio externo que promoveu o desenvolvimento da Inglaterra. O comércio interno também exerceu influência no crescimento do país, criando bases gerais para uma economia industrializada em grande escala, representando segurança para a produção em tempos de crise no mercado externo. Além disso, o crescimento do comércio interno incentivou melhorias nos setores de transporte, comunicação e alimentação. Hobsbawm (1996) aponta, ainda, a atuação do Estado no crescimento da Inglaterra. Segundo ele, o Estado apoiou sistematicamente os comerciantes e manufatureiros, além de incentivar a inovação tecnológica e o desenvolvimento de indústrias de bens de capital.

Tais condições permitiram à Inglaterra chegar ao final do século XVIII com condições que lhe possibilitaram a conquista do posto de nação mais desenvolvida. Esse desenvolvimento teve como consequência transformações na estrutura e na organização do país, as quais foram sentidas em todos os aspectos da vida social. Tais transformações, ressaltamos, não se restringiram à Inglaterra, pois, embora esse país tenha sido o precursor da Revolução Industrial, os efeitos extrapolaram as fronteiras inglesas e foram sentidos em todo o mundo.

As transformações econômicas relacionam-se com mudança de mentalidade das sociedades após a Revolução Industrial e influenciaram diretamente a vida social. À medida que o capitalismo se desenvolvia, a busca pelo lucro tornava-se objetivo

principal dos homens, que passaram a atribuir ao dinheiro importância até então inexistente. Sendo o acúmulo de riquezas – que nesse período dizia respeito aos metais preciosos – o objetivo dos indivíduos, suas relações eram direcionadas ao ganho e à acumulação de metais preciosos, atribuindo um caráter mercantil às relações humanas. Os próprios Estados adotavam medidas para evitar a saída da riqueza, dificultando as relações comerciais, pois enxergavam o comércio como algo prejudicial, visto que é por meio deste que um país se apropriava da riqueza do outro.

Entendiam, portanto, que, na relação comercial, um país é sempre prejudicado enquanto o outro é beneficiado. Essa nova mentalidade alterou o andamento das sociedades européias. Nas unidades produtivas – que aumentavam em ritmo acelerado – o ritmo de trabalho foi intensificado, e homens, mulheres e crianças foram obrigados a trabalhar até dezesseis horas por dia em troca de salário suficiente apenas para o sustento de necessidades básicas.

Analizando a situação da mão-de-obra nesse período, pode-se perceber um dos efeitos diretos da Revolução Industrial sobre os trabalhadores. Como mencionado anteriormente, os salários pagos eram baixos, por causa do excesso de mão-de-obra provocado pela elevação da taxa de emigração européia, entre o final do século XVIII e o início do século XIX.

Segundo Eça de Queiroz (1979), a partir do desenvolvimento industrial, o número de emigrantes aumentou, pois um grande número de indivíduos deixou seu país e cidade em busca de melhores condições de vida. Esses emigrantes fugiam da vida miserável que levavam nos locais de origem – sendo essa miséria, em muitos casos, intensificada pelo desenvolvimento industrial – e tentavam a sorte em outras regiões. No entanto, a maior parte deles não era absorvida pelo mercado de trabalho, elevando o número de desempregados e a miséria das cidades. Trata-se de um quadro semelhante ao que aconteceu na Inglaterra no século XVI, quando os camponeses foram expropriados de suas terras.

Tendo em vista esse cenário de inchaço dos centros urbanos e de aumento do desemprego, da miséria e da exploração da mão-de-obra, somos levados a concluir que a vida dos indivíduos sofreu uma degradação após o advento da Revolução Industrial e da consolidação do capitalismo. Essa visão foi endossada pelos socialistas, dentre os quais podemos tomar como exemplo o próprio Marx, quando se refere aos efeitos da produção mecanizada:

Se a máquina é o meio mais poderoso de elevar a produtividade do trabalho, isto é, de encurtar o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria, ela se torna, como portadora do capital, inicialmente nas indústrias de que se apodera de imediato, o mais poderoso meio de prolongar a jornada de trabalho para além de qualquer limite natural. Ela cria, por um lado, novas condições que capacitam o capital a dar livre vazão a essa sua tendência constante e, por outro lado, novos motivos para aguçar seu apetite voraz por trabalho alheio (Marx, 19--, p. 28).

No entanto, não se pode incorrer no erro de aceitarmos essa visão dos efeitos da Revolução Industrial, sem conhecer e entender os argumentos daqueles que se opuseram a Marx e a seus seguidores, isto é, sem conhecermos a visão liberal em relação à Revolução Industrial e suas consequências. Como exemplo dos argumentos dessa visão, citaremos Ashton:

A introdução das colheitas de tubérculos tornou possível alimentar mais gado nos meses de inverno, facilitando-se, assim, o fornecimento de carne fresca durante todo o ano. A substituição de cereais inferiores por trigo e o maior consumo de cereais melhoraram também a resistência dos indivíduos a doenças. O perigo diminuiu com uma limpeza pessoal maior, ligada ao uso mais freqüente de sabão e de roupas interiores de algodão mais baratas; a utilização de paredes de tijolo em vez de madeira e de pedra ou ardósia em vez de colmos nos telhados reduziu o risco de epidemias; e o afastamento das habitações operárias de muitas atividades manufatureiras nocivas trouxe um maior conforto doméstico (Ashton, 1977, p. 24).

Assim, se, por um lado, o cotidiano daqueles que viveram diretamente esse processo passou por transformações que tiveram consequências danosas, por outro, tais mudanças mostraram-se benéficas ao longo da história, trazendo mais conforto e praticidade à vida dos indivíduos. Afinal, como afirma o personagem Fausto, de Goethe, não se pode construir um novo mundo, sem destruir antigas estruturas, e isso gera insatisfações à medida que, na construção desse novo mundo, determinados interesses são privilegiados em detrimento de outros. Observando as transformações pelas quais passava a Europa, na segunda metade do século XVIII, Adam Smith teve condições de desenvolver uma teoria econômica que, segundo ele, seria capaz de proporcionar o crescimento e desenvolvimento das nações, visto que apontava os caminhos para um melhor aproveitamento dessas mudanças.

Em síntese, podemos dizer que a teoria de Smith – que se apresenta como crítica ao sistema mercantil

vigente na época – baseia-se, sobretudo, na liberdade e igualdade, sendo esses dois princípios características essenciais a uma nação que busca o progresso. Importa destacar que Smith fala em nome dos indivíduos, ou seja, entende a sociedade não em sua coletividade, mas na individualidade de seus cidadãos. Por essa razão, ao evocar o princípio de liberdade, está defendendo, antes de tudo, a liberdade de cada indivíduo poder decidir sobre suas atividades, sem a interferência do Estado, e conduzi-las da maneira que melhor lhe convém. Além disso, defende que todos devem ter igualdade de direitos na luta por melhores condições, posicionando-se contra a concessão de privilégios. Desse modo, o Estado deixa a cargo dos talentos individuais a aquisição de riqueza pelos cidadãos; cabe a ele garantir a liberdade e, ao mesmo tempo, o seu controle, fazer com que a legislação seja cumprida, manter a ordem social e tomar cuidado para não se tornar intervencionista.

Não podemos esquecer que, para Smith, liberdade tem um sentido mais amplo do que o descrito acima. Liberdade significa também livre-comércio e livre-concorrência. Conforme afirmamos anteriormente, à época de Adam Smith, a riqueza de um país consistia no volume de metais preciosos que possuía. Assim, quanto mais ouro e prata uma nação possuísse, mais rica e poderosa seria. Nesse contexto, o comércio era considerado um mal, pois era visto como meio de uma nação se apoderar da riqueza de outra, levando à criação de uma balança comercial desfavorável a um dos lados envolvidos na relação. Por essa razão, os países negligenciavam as relações comerciais na tentativa de evitar a concorrência desleal e a perda de capital.

Ações como essas inibiam o comércio e foram criticadas por Adam Smith, que enxergava o comércio como agente capaz de gerar riqueza, que, para o autor, é a capacidade produtiva de um país, incentivada à medida que suas relações comerciais se desenvolvem. Nesse sentido, o autor propõe o fortalecimento das relações comerciais que devem agir como meio de aproximação entre as nações, tornando-as aliadas, aliança que pode ser benéfica em todos os sentidos.

Dante do posicionamento de Smith em relação a essa questão, não é difícil perceber que tal teoria representou também uma luta política, pois foi de encontro às idéias daqueles que comandavam a vida política e econômica dos países. Contra a argumentação de que as importações não eram benéficas para os países, respondeu da seguinte maneira:

Não existe nenhum país comercial europeu cuja ruína iminente não tenha sido muitas vezes preedita pelos pretensos doutores desse sistema mercantil, como decorrência de uma balança comercial desfavorável. No entanto, depois de todas as preocupações e temores que levantaram em torno desse assunto [...], não há sinais de que alguma nação européia, sob qualquer aspecto, tenha empobrecido por esse motivo. Ao contrário, cada cidade e cada país, na medida em que abriram seus portos a todas as nações, ao invés de serem arruinados por esse comércio livre [...], enriqueceram com isso (Smith, 1985, p. 411).

Fundamentando sua teoria sobre crescimento econômico em princípios como individualismo, liberdade e igualdade, Adam Smith foi considerado um liberal, e sua teoria ficou historicamente conhecida como teoria liberal ou liberalismo, concepção que nasceu como instrumento de luta contra as forças das corporações no século XVIII, que se apresentavam como entrave ao desenvolvimento e ao progresso, opondo-se ao princípio da liberdade, à medida que impediam a livre-concorrência.

Ao contrário de Smith, Friedrich List – nascido em Wutemberg, Alemanha – no momento em que escreveu sua teoria, não estava diante de uma nação em franco crescimento econômico, como a Inglaterra, à época de Smith. A Alemanha do início do século XIX encontrava-se em um estágio de desenvolvimento econômico – quando comparada à Inglaterra – bastante atrasado, assemelhando-se a uma “fazenda arrasada pela guerra, com seus proprietários retomando posse dela e tentando colocá-la novamente em ordem” (List, 1986, p. 4). O nível de bem-estar social era baixo, e a “nação” inteira fervilhava de esquemas e projetos de novas instituições políticas, o que nos mostra que faltava à sociedade uma base teórica concisa.

Tal situação pode ser vinculada à vida política da Alemanha na época, visto que o Estado alemão propriamente dito não existia. Este só veio a existir após o Congresso de Viena, realizado em 1815, que organizou a Alemanha em 31 Estados principescos e quatro cidades livres, criando a Confederação Germânica, comandada pela Áustria. O órgão da Confederação era a Dieta Germânica, um congresso permanente e, para a aprovação de leis e projetos, era preciso o voto de dois terços – e, às vezes, a unanimidade – da Dieta. Na chamada “Ata Federal Alemã” estava previsto que todos os Estados da Confederação deveriam ter uma Constituição escrita, mas nenhum Estado, com exceção dos menores, detiveram-se a essa questão.

A reordenação a que foram submetidos os

Estados germânicos não agradou aos alemães, pois limitou-se a modificar apenas parcialmente as inúmeras fronteiras que fragmentavam o país; não passava de uma união desconexa de Estados, carentes não só de um governo único, mas também de uma política comum (Treue, 1969). Além disso, essa união entre diferentes Estados causou um mal-estar entre eles, visto que significou a união de diferentes situações geográficas e de estruturas políticas e tendências de desenvolvimento econômico diversas. Um exemplo do mal-estar criado entre os Estados da Confederação, após o Congresso de Viena, é o caso da Áustria, que se viu obrigada a dedicar boa parte de sua atenção a seus súditos húngaros e eslavos; ao mesmo tempo – por causa da numerosa população alemã –, não podia se desligar da Confederação, nem desistir de conquistar sua hegemonia diante dos demais Estados.

De acordo com Treue (1969), esse interesse da Áustria em conquistar a hegemonia na Confederação Germânica foi responsável pela rivalidade entre este Estado e a Prússia, que também desejava estar à frente da Confederação. A Áustria era um país eminentemente agrário, que não possuía estrutura nem capital necessários ao desenvolvimento de indústrias. A política de orientação conservadora não só impediou sua participação no desenvolvimento econômico da Confederação e da Europa Central, como também contribuiu posteriormente para seu isolamento e desvinculação da Confederação.

Ao contrário da Áustria, a Prússia estava entre os poucos Estados alemães que começavam a ser influenciados pela Revolução Industrial. É certo que, na origem dessa industrialização, não existia uma mentalidade técnica moderna e que o empobrecimento do Estado, por causa das guerras napoleônicas, havia acarretado graves contratemplos. No entanto, na época de Frederico, o Grande, surgiram, na Silésia, estabelecimentos mineiros e fundições que possibilitaram a contratação de engenheiros e operários ingleses.

Os trabalhadores prussianos souberam dar continuidade a esses primeiros passos da indústria, ao combinar, de maneira eficiente, o liberalismo econômico e a promoção estatal. As atividades de âmbito comercial e fabril, assim como na indústria de transformação dos produtos agrícolas, ofereceram, a uma parte da população, a possibilidade de libertar-se no aspecto econômico da tutela do Estado, alcançando, ao mesmo tempo, elevado nível de bem-estar.

Em 1818, a Prússia supriu as 80 aduanas interiores que existiam em todo o Estado, reunindo seus 10,5 milhões de habitantes em um território,

protegido unicamente por barreiras aduaneiras frente ao exterior. Em seguida, ampliou seu território aduaneiro, unindo quase 24 milhões de pessoas – entre as regiões Sul, Sudeste e Norte – mediante a formação da união aduaneira ou *Zollverein*, em 1834, que exerceu forte influência na Revolução Industrial. A ampliação dos mercados e o do consumo, o aperfeiçoamento dos ensinamentos técnicos e o rápido incremento da produtividade das máquinas constituiram as bases sobre as quais se apoiou o crescimento da produção industrial nas décadas seguintes. Consciente de sua situação favorável, a Prússia lançou-se na luta pela hegemonia alemã (Treue, 1969).

A divisão política da Confederação tornou-se um empecilho às ambições dos diversos setores, bem como ao desenvolvimento comercial e industrial, ao contrário do que ocorreu no período de existência da Liga Hanseática, quando as cidades fundadas por Henrique I atingiram alto grau de prosperidade e civilização, possibilitado pela existência de um extenso comércio (List, 1986). Dessa maneira, a economia e a sociedade pouco evoluíram.

A economia estava baseada na agricultura, uma agricultura que não possuía técnicas modernas de produção, de pouca produtividade e incapaz de evitar crises de escassez. As atividades comerciais e industriais viam seu desenvolvimento entravado por divisões políticas, que multiplicavam linhas aduaneiras e sistemas monetários, pela insuficiência dos meios de transporte, dos capitais e pela falta de organização do crédito. Mesmo nas poucas regiões onde as formas modernas de indústria lentamente apareciam – como na Prússia –, a agricultura continuou predominante. Nessas regiões, a burguesia dos comerciantes e manufaturores elevou-se contra a fragmentação política, considerada obstáculo ao crescimento econômico, e uniu-se à Prússia para a criação do *Zollverein* (Neré, 1975).

Apesar do impulso dado às atividades comerciais e industriais com a criação do *Zollverein*, as formas tradicionais, como a agricultura, o artesanato e as manufaturas dispersas, continuaram predominantes. A sociedade aristocrática alemã, de grandes proprietários de terras, continuaria existindo e tendo poder durante muito tempo; entretanto, passaria a sentir o peso das transformações sociais sobre aquela sociedade “semifeudal”.

Como podemos perceber, a realidade de Friedrich List opunha-se à realidade de Adam Smith no momento em que este escreveu *A Riqueza das Nações*. Por essa razão, List busca descontruir a idéia de que o livre-comércio é o caminho mais eficiente para o desenvolvimento econômico das nações. Para

este autor, o sistema de Smith aplicava-se somente a nações que já se encontravam em elevado grau de desenvolvimento, como a Inglaterra, mas era ineficiente para nações que se encontram na mesma situação de atraso econômico da Alemanha, na primeira metade do século XIX. Assim, List iniciava o enfrentamento teórico com os herdeiros de Adam Smith e sua teoria.

O primeiro ponto a ser levado em consideração, na análise feita por List, diz respeito ao caráter nacionalista que permeia todo seu trabalho e que, segundo ele, não está presente na obra de Adam Smith, a quem acusa de atribuir um caráter cosmopolita à questão do desenvolvimento das nações. Ao propor um novo modelo de desenvolvimento econômico, o autor estava pensando no progresso de sua nação, ou seja, no progresso da Alemanha, o que é evidente em toda sua obra, pois suas palavras refletem a situação do país naquele momento. Sendo assim, *Sistema Nacional de Economia Política* foi escrito visando ao progresso da Alemanha, embora pudesse ser adotado por outras nações que se encontrassem nas mesmas circunstâncias desse país, desde que levadas em consideração as suas especificidades.

Segundo List, existiriam três estágios de progresso, nos quais os países se enquadravam. O primeiro estágio corresponderia aos países cuja situação econômica se encontrava em um grau de barbárie, isto é, extremamente atrasada e abandonada, como era o caso da Espanha, de Portugal e do Reino de Nápoles. Para países nessas condições, a saída seria a adoção do livre-comércio com nações mais adiantadas, a fim de que essa relação conseguisse tirá-los do estado de barbárie e fizesse progredir a agricultura.

O segundo estágio diz respeito a países que, como a Alemanha e os Estados Unidos, encontravam-se em situação intermediária, pois não estavam no estágio de barbárie econômica, descrito anteriormente, mas também não possuíam grau de desenvolvimento econômico elevado. Nessas condições, o ideal seria a promoção do crescimento da navegação, das manufaturas, da pesca e do comércio exterior, adotando-se restrições ao comércio.

O terceiro e último estágio teria sido atingido, naquele momento, somente pela Grã-Bretanha, país com elevado grau de riqueza e poder, que podia adotar o livre-comércio e a concorrência sem restrições, tanto no mercado externo quanto interno.

A questão do respeito às particularidades dos países, como vemos, é relevante para o autor. Ele sugere que a escolha do modelo político e

econômico, a ser adotado para promover o crescimento e progresso das nações, deve se basear nessas especificidades. Isso mostra que List não defende o total abandono da teoria liberal. Ao contrário, entende que essa teoria pode ser benéfica, desde que cada país saiba o momento ideal de adotá-la, momento que, na sua visão, é quando a nação já possui certo grau de desenvolvimento.

Apesar de o nacionalismo ser a base de seu sistema, List também toca em outras questões importantes, como a unidade nacional. De acordo com sua teoria, o primeiro passo para que a Alemanha conseguisse sair da situação de atraso em que se encontrava seria se organizar politicamente, acabando com a fragmentação estabelecida pela reordenação, realizada no Congresso de Viena, que deixou os Estados alemães sem unidade política. Portanto, o autor defende a criação de um poder forte e centralizado, capaz de fornecer garantias necessárias ao desenvolvimento de uma nação, tais como a ordem pública, a liberdade civil e a estabilidade das leis. A fim de demonstrar a necessidade de um governo estável, o autor retoma as palavras de Antônio Serra:

Nenhum país pode prosperar onde cada novo governante baixa novas leis; daí que os Estados do Papa não podem prosperar tanto quanto os países cujo governo e legislação apresentam mais estabilidade. Em contraste com os Estados Pontifícios, pode-se observar em Veneza os efeitos que tem sobre o bem-estar público um sistema de governo e de instituições legais que vem durando há séculos (Serra, 1613 apud List, 1986, p. 223).

Quando fala em união, porém, List não está se referindo apenas à união entre todos os Estados germânicos em um único governo, mas à união dos diversos interesses individuais em torno de um único objetivo, o progresso da Alemanha, que significaria o progresso de todos. Nesse sentido, as palavras de List também é uma crítica ao liberalismo, pois esta teoria levaria à exacerbção do individualismo à medida que baseia a conquista de riquezas na realização pessoal de cada um, e não amparada pela não-intervenção do Estado na condução das atividades.

Ao longo de sua obra, List contrapõe-se às principais idéias de Adam Smith, acusando-o de cometer inúmeros equívocos que, segundo ele, tendem a colocar a Inglaterra em situação de superioridade em relação aos demais países, atrapalhando o crescimento dos mesmos. O objetivo do autor é motivar os alemães a superar a sensação de inferioridade em relação à Inglaterra e a buscar seu crescimento.

Um dos caminhos que o autor apontou para isso foi o aperfeiçoamento do que a Alemanha tinha a seu favor, ou seja, a agricultura. Era preciso estimular e aperfeiçoar a agricultura para incentivar a instalação de manufaturas, pois, de acordo com List, a agricultura depende da manufatura, assim como a manufatura depende da agricultura. Diante disso, se a Confederação Alemã conseguisse desenvolver a agricultura, as manufaturas surgiriam quase que naturalmente e, por conseguinte, também o comércio se desenvolveria, já que depende da agricultura e da manufatura para existir. Nas palavras do autor:

O comércio deriva das manufaturas e da agricultura, e nenhuma nação em nossos dias conseguirá alcançar um nível considerado de comércio interno e externo, se antes não tiver conseguido implantar em seu solo esses dois setores básicos de produção, e não os tiver levado a alto grau de desenvolvimento (List, 1986, p. 176).

Essa idéia de desenvolver primeiramente a agricultura e, somente depois, a manufatura e o comércio também é encontrada no pensamento de Smith:

Pelo curso natural das coisas, portanto, a maior parte do capital de toda sociedade em crescimento é primeiramente canalizada para a agricultura, em segundo lugar para as manufaturas, e só em último lugar para o comércio exterior (Smith, 1985, p. 324).

A diferença entre os dois autores é que, para Smith, o desenvolvimento primeiro da agricultura e depois das manufaturas e do comércio é um processo natural, ao contrário do que ocorre com List, para quem esse processo deve ser conduzido. Além disso, Smith valoriza muito mais o comércio – que acredita ser o maior promotor do enriquecimento –, enquanto List defende que a agricultura e a manufatura constituem elementos fundamentais da produção nacional, pois produzem bens, relegando o comércio a segundo plano, visto que ele apenas efetua o intercâmbio de bens entre os agricultores e os manufatadores, entre produtores e consumidores.

A discussão acerca do desenvolvimento das atividades produtivas remete à discussão que os autores fazem sobre as forças produtivas. Ambos os autores compreendem a relevância do desenvolvimento das forças produtivas para o crescimento de uma nação, embora possuam concepções distintas. Adam Smith entende como força produtiva a capacidade técnica dos indivíduos, isto é, a capacidade que um indivíduo possui de produzir um produto que poderá ser comercializado

posteriormente. Assim, podemos dizer que, para Smith, força produtiva é a força braçal de um trabalhador. Já, para List, esse conceito possui significado mais amplo, abrangendo não só as habilidades técnicas de um indivíduo, mas também suas habilidades intelectuais. Entendido dessa maneira, o termo abrange todo investimento feito na formação do trabalhador, além de englobar e caracterizar como produtivas atividades que não estão diretamente ligadas à produção de um bem que será comercializado futuramente. Exemplos de atividades desse tipo e a importância que possuem para o crescimento das nações nos são fornecidos por List:

Certamente são produtivos os que criam porcos e preparam pílulas, mas os educadores de crianças e adultos, os artistas, os músicos, os médicos, os juízes, os administradores são produtivos em grau muito mais elevado. Os primeiros produzem valores de troca, ao passo que os outros produzem forças produtivas; alguns deles capacitando gerações futuras a se tornarem produtivas; outros, promovendo a moralidade e o caráter religioso da geração atual; outros enobrecendo e elevando o poder da mente humana [...] (List, 1986, p. 103).

Essa postura de List demonstra o quanto valoriza as diversas possibilidades de contribuição dos indivíduos para o desenvolvimento da nação, bem como o quanto está atento a elas. No entanto, ressaltamos que a posição de Smith resulta de sua própria historicidade, pois quando o liberalismo ganha forma com este autor, ele está diante de um mundo voltado para o trabalho, intensificado pela Revolução Industrial; é, portanto, possível entender que defende a idéia de que os trabalhadores devem ter o mínimo de instrução necessária para não se tornar totalmente ignorantes.

Como notamos, Adam Smith e Friedrich List possuem concepções bem distintas entre si, e essas diferenças tornam-se mais claras quando se trata do efetivo envolvimento do Estado nas atividades comerciais dos países. Já dissemos que List defende, de forma enfática, a intervenção do Estado no andamento da sociedade, restringindo as importações, estimulando as exportações e garantindo, assim, o desenvolvimento da nação. Nesse sentido, a ação do Estado, estabelecendo taxas alfandegárias protecionistas, seria, para List, um poderoso indutor do desenvolvimento econômico. Segundo ele:

E quais foram as consequências dessas taxas alfandegárias protecionistas? Porventura os consumidores estão pagando pelos manufaturados alemães 20 a 60% mais do que pagavam antes pelos

manufaturados importados [...] ou a qualidade destes artigos é inferior à dos anteriormente importados? Em absoluto. O próprio doutor Bowring testemunha que os manufaturados produzidos no regime de altas tarifas alfandegárias são melhores e mais baratas do que os estrangeiros. A competição interna e a garantia contra a concorrência destrutiva do exterior produziu esse milagre [...] (List, 1986, p. 262).

List, ao defender a adoção do protecionismo como indutor do desenvolvimento da produção, baseia-se, provavelmente, nas idéias de Alexander Hamilton (1995). Este, em 1791, entregou, à Câmara dos Deputados, um relatório cujo objetivo era lutar para a obtenção de saldos que favorecessem os Estados Unidos e fazer com que as mercadorias fossem fabricadas, atendendo às necessidades de seus consumidores, sendo evitadas, assim, longas travessias de que dependiam. De acordo com Hamilton (1995), o Estado deveria intervir com um programa de auxílio às indústrias que precisavam ser criadas, sobretudo em substituição às fábricas instaladas na Inglaterra, cujos produtos os Estados Unidos necessitavam importar, mesmo após a declaração de independência nacional.

Smith mantinha uma posição completamente oposta a essa. Segundo ele, nem sempre era mais vantajoso para um país produzir, ele mesmo, os produtos de que necessitava. Muitas vezes, comprar tais mercadorias de outros países sairia muito mais vantajoso para a nação. Para o autor, somente em dois casos as limitações impostas às importações faziam sentido. Primeiro, quando se tratasse de um tipo específico de atividade necessária à defesa do país, como a navegação; e segundo, quando os produtos produzidos no próprio país possuíssem algum tipo de taxa sobre eles. Dessa maneira, Smith não concordava com o argumento de que as restrições comerciais podiam levar um país ao progresso.

Na tentativa de apresentar as idéias de Adam Smith como estudo que refletia o sistema mercantil, List elaborou seu *Sistema*, buscando uma reflexão acerca da Revolução Industrial e suas consequências para o desenvolvimento das sociedades.

Neste ponto, importa destacarmos que List não apoia a adoção de medidas protecionistas para todas as nações e em um mesmo nível. De acordo com o autor, cada governante deve analisar as reais condições de seu país para, somente depois, decidir se o sistema protecionista deve ou não ser adotado – levando-se em conta os três estágios de desenvolvimento já mencionados – e em que medida essa adoção deve ser feita. Para ele:

O protecionismo pode ser alcançado proibindo sistematicamente a importação de certos artigos manufaturados, impondo taxas tão altas que praticamente equivalem à proibição, ou impondo taxas mais moderadas. Nenhuma dessas modalidades é invariavelmente benéfica, nenhuma é invariavelmente perniciosa, pois só se poderá definir qual das medidas é a mais acertada, em função das circunstâncias específicas do respectivo país e das condições em que se encontra sua indústria (List, 1986, p. 207).

Assim, fica evidente que, para o autor, o protecionismo não era a política econômica ideal para todo e qualquer país. Ao contrário, a intenção de List era que somente os países que se encontravam no mesmo estagio de desenvolvimento econômico que as nações da Confederação Alemã adotassem seu sistema, ficando atentos às suas particularidades e ao momento de abandoná-lo.

Obedecidas essas orientações, acredita List que o sistema “nacional” se apresenta como o meio mais eficaz para elevar todos as nações ao mesmo patamar em que se encontrava a Inglaterra. Para ele, esse país era o exemplo mais concreto de que a união entre o interesse dos indivíduos e do Estado, na busca por um objetivo comum, era capaz de promover o crescimento e o desenvolvimento de uma nação. Isso porque, segundo Hobsbawm (1979), em um determinado momento, o Estado inglês interferiu nas relações do país com o intuito de auxiliar o crescimento.

Após a explanação sobre as teorias desenvolvidas por Adam Smith e Friedrich List e do contexto que as envolve, podemos retomar a questão do homem como produto de sua historicidade, mencionada no início do artigo.

Como vimos, Adam Smith desenvolveu um sistema econômico que tinha como objetivo a busca pelo progresso das nações, independentemente do grau de desenvolvimento em que se encontravam. Assumiu determinadas posições porque viveu em uma nação que passava por transformações à época, que começava a conhecer um avanço tecnológico como nunca havia visto antes. Frente a esse “novo mundo” que se apresentava diante de seus olhos, Smith, comprometido com o ideal do progresso, não tinha como pensar de maneira diferente daquela que pensou.

Ao contrário dele, List tinha diante de si uma nação pouco desenvolvida, que não havia passado

pelas mesmas transformações que a Inglaterra em outros tempos. Assim, o autor não poderia ter uma concepção de progresso semelhante à de Smith. List tinha que primeiro buscar o progresso da sua nação, para depois pensar em um crescimento mundial. Assim, podemos dizer que Adam Smith, ao escrever *A Riqueza das Nações*, estava comprometido com o progresso das nações, enquanto List, ao escrever *Sistema Nacional de Economia Política*, estava comprometido com o desenvolvimento da Alemanha.

Referências

- ASHTON, T.S. *A revolução industrial: 1760-1830*. Trad. Jorge de Macedo. 4. ed. Lisboa: Europa Américas, 1977.
- HAMILTON, A. *Relatório sobre manufaturas*. Rio de Janeiro: Solidariedade Ibero-americana, 1995.
- HOBSBAWM, E.J. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Trad. Donaldson Magalhães Garschagem. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979.
- HOBSBAWM, E.J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HOBSBAWM, E.J. *A era do capital: 1848-1875*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- LIST, G.F. *Sistema nacional de economia política*. Trad. Luiz João Baraúna. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- MARX, K. A Chamada acumulação primitiva. In: MARX, K. (Ed.). *O capital: crítica da economia política*. Trad. Reginaldo Sant' Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [19--]. Livro primeiro.
- MARX, K. Maquinaria e grande indústria. In: MARX, K. (Ed.). *O capital: crítica da economia política*. Trad. Reginaldo Sant' Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [19--]. Livro primeiro.
- MORE, T. *A utopia*. Trad. Luís de Andrade. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- QUEIROZ, E. *A emigração como força civilizadora*. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1979.
- NERÉ, J. *História contemporânea*. Trad. Octávio Mendes Cajado. São Paulo: Difel, 1975.
- SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Trad. Luiz João Baraúna. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- TREUE, W. *Alemania desde 1848: ojeada histórica*. Bonn-Bad Godesberg: Inter Nationes, 1969.

Received on May 07, 2007.

Accepted on February 25, 2008.